



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

revbrasilsociologia@gmail.com

Sociedade Brasileira de Sociologia
Brasil

Silva, Manuel Carlos; Bessa Ribeiro, Fernando
CIÊNCIAS SOCIAIS, ÉTICA E BIOÉTICA: O CASO DO TRABALHO SEXUAL
Revista Brasileira de Sociologia, vol. 3, núm. 5, enero-junio, 2015, pp. 177-202
Sociedade Brasileira de Sociologia
Aracaju, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595765613010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Manuel Carlos Silva*

Fernando Bessa Ribeiro**

CIÊNCIAS SOCIAIS, ÉTICA E BIOÉTICA: O CASO DO TRABALHO SEXUAL

Resumo

O artigo aborda uma das maiores controvérsias do campo científico contemporâneo: a relação entre a ciência, em especial as sociais, e a ética. Começando por formular o problema, equacionando a velha questão filosófica em torno da teoria do conhecimento e analisando o binômio ciência e ética, o texto recorre às pesquisas, levadas a cabo pelos autores, sobre prostituição feminina em regiões de fronteira no Norte de Portugal; expõe, ademais, os procedimentos metodológicos e éticos observados durante o trabalho de campo. Tal permite demonstrar que a pesquisa em ciências sociais possui características e modos particulares que exigem quadros de regulação éticos específicos que não são compatíveis com aqueles que se aplicam, em regra, nas ciências naturais e da vida. Não sendo o pesquisador social exterior aos contextos e indivíduos sobre os quais desenvolve as suas pesquisas, daqui decorrem questões metodológicas e teórico-políticas que, suscitando um amplo debate e divergências no interior do campo das ciências sociais, exigem códigos éticos que possam acomodar as abordagens críticas e emancipatórias.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Ética; Bioética; Usos do Conhecimento Científico

*Licenciado e doutorado *cum laude* pela Universidade de Amsterdam em Ciências Sociais, Culturais e Políticas. Recebeu o Prêmio Sedas Nunes pela obra "Resistir e Adaptar-se" (1998, Afrontamento) sobre o campesinato do Norte de Portugal. É professor catedrático na Universidade do Minho (UM), diretor do Centro de Investigação em Ciências Sociais e da Revista Configurações (2002-2014). Coordenou vários projetos sobre etnicidade e racismo, prostituição e desigualdades de gênero. Foi presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) em 2010-2012. Áreas de investigação: teoria e metodologia, rural-urbano, desenvolvimento, desigualdades de classe, étnicas e de gênero.

**Professor no Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e investigador integrado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa – Polo da Universidade do Minho. As dinâmicas do capitalismo e os processos de modernização na África subsariana, principalmente na Guiné-Bissau e em Moçambique, onde fez trabalho de campo para doutoramento, constituem uma das suas principais áreas de investigação. Trabalha também sobre prostituição feminina e turismo em Portugal e no Brasil e sobre redes sociais em Portugal. No campo da saúde e da doença estudou a problemática da infeção pelo VIH/sida no distrito de Bragança.



SOCIAL SCIENCES, ETHICS, AND BIOETHICS: THE CASE OF (AND FOR) SEX WORKERS

Abstract

The article discusses a major controversy of contemporary sciences: the relationship between science, especially the social sciences, and ethics. This chapter starts by formulating the problem, takes up the old philosophical question surrounding the theory of knowledge, analyzes the relationship between science and ethics and, finally, exposes the methodological and ethical procedures observed during field work, carried out by the authors, on women's prostitution in the northern frontier region of Portugal. The research methodology indicates that social science research, in particular, features particular modes or techniques that require specific ethical regulatory frameworks not compatible with those that apply, as a rule, to the natural and life sciences. The field researcher is never entirely "extraneous" to the persons and contexts where s/he conducts her/his social inquiry; there follow methodological, theoretical, and political issues, which, by provoking debate and controversy – elements which are in the very nature of the social sciences – require ethical constraints or limitations that do not preclude critical or libertarian worldviews.

Keywords: Social Sciences; Bioethics; Uses of Scientific Knowledge

SCIENCES SOCIALES, L'ÉTHIQUE ET LA BIOÉTHIQUE: LE CAS DES TRAVAILLEURS DU SEXE

Résumé

L'article aborde l'un des plus grandes controverses du domaine scientifique contemporaine: la relation entre la science – en particulier les sciences sociales – et l'éthique. A partir de la formulation du problème et de l'analyse de la question philosophique autour de la théorie de la connaissance, le texte s'appuie sur les recherches menées par les auteurs à propos de la prostitution féminine dans le nord de Portugal; il expose, en outre, les procédures méthodologiques et éthiques observées pendant le travail de terrain. Cela permet de démontrer que la recherche en sciences sociales a ses propres caractéristiques et ses cadres de régulation éthiques dont les particularités ne sont pas compatibles avec ceux qui s'appliquent, en règle générale, aux sciences naturelles. Les chercheurs sociales ne se situent pas en dehors des contextes sur lesquels se développe l'étude et ils établissent des relations avec les participants de la recherche, ce qui pose des questions méthodologiques, théoriques et politiques qui évoquent un vaste débat à propos des différences dans le domaine des sciences sociales, en exigeant des codes éthiques capables d'accueillir les approches critiques et émancipatrices.

Mots-clés: Sciences Sociales; Éthique; Bioéthique; Utilisation des Connaissances Scientifiques

Manuel Carlos Silva
Fernando Bessa Ribeiro

CIÊNCIAS SOCIAIS, ÉTICA E BIOÉTICA: O CASO DO TRABALHO SEXUAL

O título deste artigo convoca-nos para uma reflexão em torno de tópicos que têm sido objeto de fortes controvérsias em vários campos interdisciplinares na sua relação com a ética. Apesar das aparentes convergências retóricas dos discursos políticos dominantes, não há efetivamente consenso nomeadamente sobre a relação entre ciência e ética e, em particular, ciências sociais e ética, assim como sobre o lugar desta a montante ou a jusante da arquitetura das ciências sociais.

Assim, temas e tópicos como ‘ciência’ e ‘ética’ suscitam posicionamentos polêmicos: uns no sentido da sua separação irreduzível, outros no sentido da sua distinção, mas não separação, na busca de formas de articulação. Torna-se assim imperativo clarificar pressupostos, pontos de partida e objetivos da produção e validação do conhecimento das ciências sociais, nomeadamente do saber sociológico e da sua relação com as esferas da política e da ideologia, da moral e da bioética. Não estando em causa a validade de procedimentos éticos e de princípios morais aplicados às pesquisas, como justamente assinala Luiz Antônio de Castro Santos (2014), a propósito do contexto brasileiro – tópico que há muito merece o interesse dos pesquisadores das ciências sociais, como Ruth Cardoso (1986) –, há que discutir as suas especificidades e fundamentos filosóficos e seu uso nas



ciências sociais. Ora, sendo a bioética vista por parte da maioria de seus defensores como um conjunto de princípios abstratos e valores universais, o problema reside no fato de certos normativos das ciências da vida e da saúde serem erigidos a princípios incontestáveis sob um alegado imperativo ético-universal e trans-histórico.

Diante disto, importa questionar até que ponto projetos de pesquisas e resultados nas áreas das ciências sociais devem ser avaliados e sujeitos ao crivo das normas e critérios das comissões de bioética. Ou, pelo contrário, não deverão as próprias ciências sociais e suas respectivas áreas criar os seus próprios mecanismos de validação e regulação ética, uma vez que a dimensão cognitiva deve, no nosso entender, preceder ao componente normativo? Absolutamente estranho será que uma Comissão de Bioética exterior ao campo dite as normas e os limites morais como se os cientistas sociais fossem feridos de menoridade e incapazes de aferir e discutir no seu próprio campo as dimensões éticas dos seus pressupostos, projetos e resultados empíricos. Ou ainda, que os protagonistas de uma qualquer Comissão de Bioética detenham como que por natureza ou superioridade moral a definição do ético, moral, amoral ou imoral de uma determinada investigação. Porém, o mais problemático é o próprio pressuposto de os membros de uma Comissão de Bioética se considerarem e serem considerados pelos poderes oficiais, em última instância, como os últimos guardiães da ética.

Algumas das questões nucleares a ter em conta consistirão em procurar saber quais as prioridades das investigações, quem financia os diversos projetos de investigação, que conjuntos de pressupostos e objetivos presidem a tais pesquisas, de modo a poder aferir as relações entre comunidade científica e sociedade envolvente, bem como o posicionamento dos diversos intervenientes, quer no processo de pesquisa, quer no processo de decisão política.

Tomando como tema ilustrativo de pesquisa o fenômeno da prostituição feminina e tópicos conexos, como o tráfico de ser humanos para fins de exploração sexual, por nós estudados ao longo de mais de uma década (RIBEIRO *et al* 2005; RIBEIRO *et al* 2007; SILVA, RIBEI-

RO, 2010; SILVA, RIBEIRO, GRANJA, 2013), no que concerne ao processo desta pesquisa as questões centrais foram as seguintes: quais os procedimentos mais adequados para compreender as motivações, estratégias e práticas, tanto das trabalhadoras sexuais como dos seus clientes? Como obter conhecimento sobre as múltiplas dimensões que envolvem este fenômeno? E, dentre os vários métodos, qual ou quais proporcionam um conhecimento mais aprofundado? Mais, no quadro do binômio ciência-sociedade, que papel podem desempenhar os cientistas sociais no campo da política e da intervenção na esfera pública? E, perante isto, reemerge uma outra questão: em que medida o conhecimento científico, nomeadamente no campo das ciências sociais, é livre e isento de valores? E, se não o é, até que ponto é legítimo utilizá-lo para fins de ordem social e política, incluindo processos de emancipação social? Terão as ciências sociais capacidades instrumentais para serem utilizadas pelos atores sociais na luta política e social? Se sim, até onde poderão chegar ou ser capazes de chegar? Serão inúmeras as possíveis respostas, mas, desde logo, colocam-se fora do arbítrio de comissões de julgamento entronizadas pela bioética.

Uma premissa aqui assumida é a de que é legítima a pretensão de colocar ao serviço do bem-estar e da melhoria das condições de vida dos cidadãos/ãs, quer os avanços e contributos no campo, ora das ciências naturais, ora das ciências sociais, num sentido de emancipação social. (Esta pretensão, deve assinalar-se, será tão legítima quanto comporte, não a imposição de normas e valores – como ocorre no Brasil, a partir das resoluções normativas emanadas da Comissão brasileira no terreno da ética da pesquisa –, mas a proposição, a indicação de caminhos possíveis, de condutas viáveis ou desejáveis). Conquanto comporte riscos e embaraços, esta abordagem convoca a plena participação dos académicos no campo político, entendido aqui num sentido amplo, que não se circunscreve à esfera restrita da ação político-partidária. Ou seja, este posicionamento retoma a proposta de Pierre Bourdieu (2002) por um saber comprometido. Certamente guia para a ação, esta perspectiva coloca também sob exame os pontos de partida, os pressupostos e os objetivos da produção de

conhecimento sobre o social e o envolvimento dos cientistas sociais no espaço público.

Nesta ótica e considerando a situação das trabalhadoras sexuais em várias das dimensões, a investigação por nós realizada sobre a prostituição feminina em regiões de fronteira no Norte de Portugal, para além de obedecer a determinados critérios de investigação científica – precisão, generalização e sistematização, entre outros – assume o critério da relevância social como pertinente na medida em que visa não só minorar os danos causados por um fenómeno em regra remetido pelo direito para a ilegalidade, não raro socialmente invisível e de contornos semiclandestinos nas esferas fiscais e de saúde pública, como e sobretudo na defesa dos direitos laborais das trabalhadoras sexuais.

Ciência e ética: um polémico binômio, velho e renovado

Se desde o dualismo cartesiano e, sobretudo o ceticismo kantiano, se possibilitou a abertura ao avanço e reconhecimento das ciências da natureza, nomeadamente da física e da biologia, este filão filosófico viria também aproveitar as primeiras tentativas de autonomização das ciências sociais, quer em face da velha metafísica aristotélico-tomista, quer perante a filosofia racionalista-idealista, a partir de filósofos sociais e cientistas políticos iluministas do século XVIII, como Rousseau, Voltaire, Diderot, dando os primeiros passos para mundividências antropocêntricas e críticas sobre as desigualdades sociais (SILVA, 2009). Seria, porém, já em pleno século XIX, que as ciências sociais, nomeadamente a sociologia, viriam a inaugurar os fundamentos de visões centradas na sociedade, seja numa perspectiva estrutural e sistémica, seja numa abordagem (inter)acionalista. Mas vejamos os diversos posicionamentos dos sociólogos clássicos sobre os pressupostos epistemológicos e teórico-metodológicos da sociologia, enquanto ciência social, sobre os fatos e/ou ações sociais e sua relação com os valores (religião, ética, política).

O positivismo – desde Auguste Comte a posteriores e mais recentes seguidores –, dando prioridade metodológica à observação e ao

método indutivo, à adequação dos procedimentos técnicos, sustenta a incomensurável dualidade entre fatos e valores. Por isso, as ciências sociais, nomeadamente a sociologia, constituirão um campo próprio ocupado com os fatos sociais, devendo, sob a visão daqueles autores, despreocupar-se das normas e valores, enquanto esfera da religião, da moral e da política, sobre a qual debruçar-se-iam determinadas teorias da sociedade ou a própria filosofia ou, de modo mais recuado, a teologia. As ciências sociais, a exemplo das ciências naturais, centrar-se-iam na descrição, medição e análise dos factos sociais, deixando de lado a esfera da norma, do dever-ser, da política, da moral ou da religião. Por outras palavras, impor-se-ia o abandono não só da teologia, mas da própria filosofia, designadamente a ontologia e a teoria do conhecimento dadas como metafísicas. Nesta ótica cientificista, as ciências sociais, em nome da neutralidade axiológica e normativa, dever-se-iam demarcar do mundo dos interesses e dos valores e, por maioria de razão, prescindir de tomar partido perante determinados problemas sociais ou intervir social e politicamente. Doutro modo, os cientistas sociais resvalariam para o campo da ideologia, a qual representaria a morte da ciência.

Nem todos os autores defensores do *statu quo* se escudam no positivismo puro e duro, havendo mesmo sociólogos clássicos como Émile Durkheim, desde os anos de 1880 e 1890 (1974, 1997) e, já em meados do século XX, Talcott Parsons (1951, 1964) que, em menor ou maior medida respectivamente, a refutam. Assim, Durkheim, ao sustentar o método objetivo na descrição e análise dos fatos sociais, reivindica estes como a matéria-prima da sociologia e, tratando-os “como se” fossem coisas, caminha em direção a determinadas premissas positivistas; no entanto, ele acaba por divergir, devido ao seu conservadorismo moral e normativista, do dualismo positivista entre fatos e valores, chegando a apontar a sociologia como uma ‘ciência da moral’, opondo-se assim, nesta ótica, à irredutibilidade entre ciência e política ou moral.

Do mesmo modo, também Parsons, incorporando, por um lado, as principais contribuições funcionalistas de Durkheim, trava alguma

polêmica com o positivismo na sua defesa da prioridade analítica das normas e dos valores, como componentes centrais do sistema social, se bem que não deixe novamente de operar uma parcial concessão ao positivismo, por exemplo, no tocante à distinção entre “ideias existenciais” e “ideias normativas”, à não problematização das normas e valores institucionalizados e das variáveis-padrão nas orientações alternativas do ator social, respetivamente em contexto, já comunitário, já societal.

Max Weber merece atenção especial, neste âmbito. Weber, em obra de 1922 (1978), partia do dualismo neokantiano entre essência e fenômeno, ao distinguir entre ciência e valores e assumir-se como partidário da distinção entre ser e dever-ser; isto, note-se bem, num contexto de defesa da esfera científica contra as frequentes investidas da política e da ideologia nas universidades do seu tempo. Se, nesta perspectiva, Weber converge aparentemente com o positivismo, de modo algum se poderá reduzir e, muito menos, confundir o pensamento weberiano com os pressupostos positivistas¹, na medida em que, contrariamente aos fundadores e seguidores do positivismo, advoga para as ciências sociais e, em particular, para a sociologia, o individualismo metodológico, bem como o método da compreensão e da explicação da realidade social, de modo algum redutível ou associável às ciências naturais, como pretende o positivismo. Por seu turno, a distinção entre ciências sociais e ciências naturais é igualmente partilhada por Clifford Geertz (2001, p.31), segundo o qual as pesquisas em ciências sociais, em regra, envolvem contatos diretos, próximos e mais ou menos perturbadores com os detalhes imediatos da vida contemporânea, contatos de um tipo que dificilmente pode

1 Já abordado em Silva e Ribeiro (2000), algo similar é destacado por Bourdieu, quando este afirma: “Max Weber realmente falou de neutralidade axiológica, querendo dizer que não deveriam fazer julgamentos de valores; mas nunca disse que se deveria ser indiferente ao mundo social. Ele foi um pensador engajado em tempo integral” (in Loyola 2002, p. 38). De igual modo, Burawoy (2004, p. 3) considera que em Weber os princípios morais e os valores dos compromissos constituem o *sine qua non* de qualquer programa de investigação, pelo que não existe qualquer contradição na sua manifestação pública, ainda que para o teórico alemão eles devam ser feitos na esfera separada da política.

deixar de afetar a sensibilidade das pessoas que o realizam. Os pesquisadores da melhor tradição sociológica jamais desconhecera tais fatos, mas afetar sensibilidades e envolver pessoas em contatos diretos não significa fatalmente induzi-las a “riscos”, como acenam as posturas provindas da bioética. Daqui resulta, para nossos propósitos, o questionamento intransigente da ideia de uma ciência social neutra, tão impossível como saltar sobre a própria sombra, segundo a imagem feliz proposta por Donald Donham (1999), certamente inspirada nas leituras de Lucky Luke, o corajoso *cow-boy* das histórias em quadrinho. Ao contrário dos sonhos positivistas, não existe nenhuma ‘torre de marfim’ onde se possa produzir conhecimento social, econômico ou politicamente desinteressado, pelo que recusar a neutralidade axiológica é não só possível como desejável. Por outras palavras, contrariamente ao positivismo, não existe ciência despida de valores e cientistas sociais rigorosamente descomprometidos com a sociedade, tal como há muito já sustentamos (SILVA; RIBEIRO, 2000, p.122-123).

O cerne da crítica cerrada ao (neo)positivismo, revestindo e reforçando, em regra, a armadura da política econômica (neo)liberal, tem provindo da corrente marxista e de escolas sociológicas por esta influenciadas tais como a Escola de Frankfurt, com eminentes representantes como Max Horkheimer e Theodor Adorno (1979) e Jürgen Habermas (1973), que põem a nu o carácter ideológico das versões positivistas em torno da neutralidade tecnocrática.

Também Bourdieu (1999, p.694-695) aponta as suas baterias críticas ao positivismo. O sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta, não a diferença entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre uma narrativa que alega essa construção livre de valores e uma outra que, sabendo dessa construção, não nega pressupostos e valores e se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos.

Sem subavaliar alguns erros de análise no seio do marxismo tradicional ou deformações práticas na construção do dito socialismo real, é todavia a teoria marxista aquela que não só oferece sem dúvida uma

crítica mais consistente ao positivismo metodológico e às variantes neoliberais da economia política como também desconstrói alguns dos pressupostos da consciência burguesa que, proclamando a universalidade inter ou trans classista das suas normas e valores, nega, em nome da ciência positiva, a gênese histórica, assim como o substrato material das mesmas. Por outro lado, assumimos que, contrariamente a posicionamentos teórico-metodológicos mono causais e/ou mono disciplinares, nesta como noutras questões é recomendável, na esteira weberiana, uma abordagem compreensiva e explicativa numa base pluri causal.

Não ignoramos que as ciências sociais nem sempre detêm uma instrumentalidade direta na vida social, que exigem, aqui sim, um relativo distanciamento teórico-metodológico face às solicitações institucionais ou do mercado. Trata-se certamente de exigir dos cientistas sociais uma capacidade de objetivação e reflexão, compreensão e explicação dos fenômenos sociais. Não se trata de “neutralidade”. Os cientistas nomeadamente sociais não podem alhear-se, nos seus pressupostos e nas consequências das suas análises, das questões que preocupam os cidadãos. E, neste quadro, importará proceder a uma vigilância epistemo-metodológica relativamente a receitas políticas, ideológicas ou mercantis a gosto do patrocinador ou financiador e, em vez destas, tentar pistas e linhas de ação gerais em função do bem-estar e da melhoria das condições de vida das populações. Mais, não só é pertinente a implementação da investigação-ação como é uma função legítima do cientista social a formulação de propostas de desenvolvimento, de aplicação concreta, valorizadas e fundamentadas nos seus próprios pressupostos científicos e noutros critérios de ordem social, política e mesmo ética. Contudo, a nós cabe a apreciação ética. A investigação-ação, em particular, afasta-se terminantemente de protocolos prévios, hipóteses “fechadas” e instrumentos de análise predeterminados – sem a necessária flexibilidade conceitual-metodológica – como parecem preceituar e exigir as recentes resoluções normativas sobre a ética de pesquisa, no caso brasileiro.

Os projetos e resultados (por vezes ditos) científicos têm amiúde impactos profundos na vida dos cidadãos e na organização da eco-

nomia e dos próprios sistemas políticos. Os sociólogos, antecipando vertentes da bioética e da biomedicina, têm-se mobilizado em torno da análise e avaliação de tais impactos. São exemplos as matérias relacionadas com o nuclear, os alimentos geneticamente manipulados, a incineração dos resíduos sólidos urbanos e industriais, entre outros. Adicionalmente, a participação dos cientistas sociais é importante na ‘descodificação’ das decisões, um elemento essencial para facilitar a participação e o controle destes processos por parte dos cidadãos.

Expostas as diversas posições, infere-se serem irredutíveis as divergências entre as perspectivas positivistas, defensoras da neutralidade axiológica do conhecimento, visto como objetivo, e as perspectivas críticas que, visando obter conhecimento, não se eximem de assumir um posicionamento, colocando sob exame os pontos de partida, os pressupostos e os objetivos da produção de conhecimento sobre o social.

Pesquisa sobre prostituição feminina: fogo cruzado entre ciência e moral ou ciência social comprometida?

Tal como poderemos comprovar no percurso da pesquisa sobre a prostituição feminina no Norte de Portugal, este projeto, tendo-se deparado com obstáculos ora de ordem economicista, ora de ordem moral(ista), viria a ser aprovado por um painel independente composto por peritos nacionais e estrangeiros, por razões de ordem científica e social. Uma eventual Comissão de Ética ou Bioética, desconhecadora dos avanços no campo das ciências sociais sobre o tema e/ou imbuída de princípios moralistas ou pressupostos legais e políticos, ora proibicionistas, ora mesmo abolicionistas, teria liquidado à nascente o projeto.

Em torno da adequabilidade de um determinado campo ou projeto científico, Niklas Luhman (1998) sustenta que, quer as fundamentações tradicionais transcendentais (assentes na teologia, na metafísica, na tradição ou no senso comum), quer as epistemologias naturalistas ou psíquicas, autorreferentes e, como tal, vinculadas a um determina-

do campo, têm as suas limitações. A sociologia tem, todavia, procurado, no quadro do desenvolvimento das teorias da ciência, demonstrar que esta não pode prescindir das condições sociais, organizativas e interativas da vida quotidiana. Tais condições representam um alerta para as comissões de ética e bioética, pois estas tendem ora a cingir-se ao próprio campo das ciências da vida e da saúde, ora a deixar-se inspirar por premissas de ordem moral ou ética fora de tempo. Por isso, um projeto de investigação deve ser avaliado à luz de critérios de autorreferenciação científica e normativa no quadro de cada área disciplinar e afins; doutro modo arrisca-se a ser objeto de interferências morais, políticas ou ideológicas sem escrutínio crítico.

A título de exemplo destas considerações, poderemos refletir sobre o já mencionado projeto de investigação sobre a prostituição feminina no Norte de Portugal. Num primeiro momento, este tema foi abordado no quadro do Programa INTEREG, implicando um inicial esforço conjunto de José Luís Sequeiros da Universidade de Vigo (UV) e Manuel Carlos Silva da Universidade do Minho (UM). Não obstante uma primeira abordagem teórico-conceitual por este último autor (SILVA, 1998), o projeto transfronteiriço não arrancou, em razão de as instâncias do poder político-administrativo do lado português – a Administração Regional de Saúde do Norte (ARSNorte), a Segurança Social e a Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres, ao tempo sob o Governo do Partido Socialista presidido pelo católico e engenheiro António Guterres –, não se terem disponibilizado a participar com a quota-parte nacional neste projeto, suscetível de ser financiado pela União Europeia no quadro do Programa INTEREG. Perante este contratempo, este projeto viria a ser de novo proposto não diretamente através de instâncias político-administrativas correntes, mas por via da Fundação para a Ciência e Tecnologia, cujo painel científico aprovou-o e o classificou de excelente, vindo a ser executado sob a coordenação científica de Manuela Ribeiro, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), coadjuvada por Manuel Carlos Silva, da Universidade do Minho (UM) e de Johanna Schouten, da Universidade da Beira Interior (UBI) (FCT, Sapiens/99 POCTI/36472/SOC).

Neste projeto, utilizou-se uma triangulação metódico-técnica, cruzando a análise documental e estatística com o inquérito e a entrevista. Porém, foi a partir de um intensivo e rigoroso trabalho de campo – note-se, inviável sob protocolos rígidos emanados de certa epistemologia do “risco” – que se fez possível destilar algumas das mais relevantes bases para a compreensão e explicação do fenômeno. Com efeito, o trabalho de campo constituiu o espaço chave na produção do conhecimento, pois foi a partir dele que, tendo presente o quadro teórico geral (SILVA, 1998), se tornou possível deslocar o nosso próprio olhar e colocarmo-nos no lugar dos outros, como nos propõe Bourdieu (1999), de resto na esteira da metodologia weberiana e, até certo ponto, marxista. Ou seja, como compreender, senão através do trabalho de campo etnográfico, que o ator social é, antes de mais nada, um ser de carne, nervos e sentidos (no duplo sentido, de sensorial-sensual e de significante), ou ainda um “ser que sofre” (*leidenschaftlich Wesen*, como dizia o jovem Marx em seus Manuscritos de 1844) e que participa do universo que o faz e que, em contrapartida, ele contribui para fazer, com todas as fibras de seu corpo e de seu coração? (WACQUANT, 2002, p.11; RIBEIRO, SACRAMENTO, 2006). Mais, como estarmos atentos às múltiplas dimensões do fenômeno, sem ser pela experiência proporcionada pela observação e pelo diálogo, aberto e permanente, com os atores sociais em contexto? Obviamente, o envolvimento do investigador, também ator social, com os atores sociais observados, contamina a visão “pura” da produção segundo uma ótica positivista, pautada – é o termo – por questionários fechados e fases sequenciais ou etapas predeterminadas de pesquisa “com humanos”, para usarmos o vocabulário da bioética.

Com efeito, foi no quadro de pressupostos e orientações das ciências sociais que os investigadores do projeto puderam estabelecer relações sociais significativas com os atores sociais inquiridos, possibilitando o acesso a um nível de conhecimento e de compreensão que nenhum outro método de pesquisa conseguiria proporcionar. Por razões evidentes, nomeadamente as relacionadas com a situação de permanência ilegal, a relação social estabelecida com as mulheres ob-

servadas e entrevistadas não comportava a apresentação e assinatura de qualquer tipo de documento que pudesse conduzir à obtenção de um Termo de Consentimento em termos formais. Não quer isto dizer que as mulheres, bem como os clientes e os proprietários de bordéis por nós contatados e inquiridos, não tivessem sido informados. Foram-no de forma informal, mas rigorosa, sendo todos devidamente esclarecidos sobre os nossos propósitos de pesquisa; tendo os membros da equipe, além disso, o cuidado de esclarecer que, em caso algum, os seus testemunhos ou informações teriam consequências indesejáveis de qualquer tipo, incluindo policiais, não se fazendo jamais a identificação de quem conosco colaborou, incluindo junto das autoridades policiais e judiciais².

Este projeto, não obstante ter tido uma avaliação científica positiva, foi conhecendo diversos obstáculos desde as incompreensões nas justificações de despesas dos membros da equipe e colaboradores em trabalho de campo, junto a clubes e “casas de alterne”, às perplexidades institucionais para com os responsáveis do projeto em cada uma das três universidades parceiras, até às primeiras publicações e aos diversos pedidos de intervenção pública por parte dos *media* e de outras instâncias e, sobretudo, na parte final, por ocasião do lançamento dos resultados do projeto – primeiro em 2006, na UTAD e, posteriormente, em 2007, na UM –, quer por ocasião do movimento ultramontano das “Mães de Bragança” contra a permanência de traba-

2 Este procedimento, muito comum nas pesquisas em ciências sociais está claramente (e justamente) em contramão com as regras que são aplicadas no Brasil pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), cujos membros são indicados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde. Como denunciam veementemente os antropólogos da Universidade Estadual de Londrina, a Conep procura impor a todas as áreas do conhecimento normas e exigências específicas do campo das ciências médicas e biológicas, ignorando ostensivamente os procedimentos éticos e metodológicos das ciências sociais (www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/antropologos-se-retiram-do-comite-de-etica-em-pesquisa-envolvendo-seres-humanos-da-uel/). Muito grave e, no limite, inviabilizador de muitas pesquisas sociais, como seria o caso da nossa acima descrita, é a imposição a toda a comunidade científica da declaração de consentimento informado em uso nos ensaios clínicos no campo da medicina e das ciências da saúde.

lhadoras sexuais, nomeadamente brasileiras, em casas de alterne em Bragança, quer ainda e sobretudo em diversos debates sociopolíticos sobre a prostituição.

Se inicialmente, tendo em vista os objetivos do projeto, houve alguma precaução e prudência, sobretudo para proteção dos investigadores/as e das próprias pessoas inquiridas e entrevistadas (trabalhadoras sexuais, clientes e informantes privilegiados nas casas de alterne), na parte final não foi possível furtarmo-nos ao debate público, deixando-se, no entanto, à consideração de cada um dos investigadores a definição da forma e da intensidade do envolvimento. Depois da participação em diversas iniciativas públicas, designadamente numa das mesas de “diálogo e controvérsia”, organizada pelo Fórum Social Português, em junho de 2003, em Lisboa, e no colóquio promovido pelo Sindicato dos Professores do Norte, em março de 2004, em Bragança, em plena crise espoletada pelo movimento “Mães de Bragança”³, Manuel Carlos Silva, Johanna Schouten, Fernando Bessa Ribeiro e Octávio Sacramento, enquanto coautores do livro *Vidas na Raia*, foram signatários, juntamente com Alexandra Oliveira e Ana Lopes, em março de 2007, de um manifesto em defesa da legalização do trabalho sexual (cf. OLIVEIRA *et al.* 2007, *in* jornal *Público*). Nele se tecem duras críticas aos adeptos quer do proibicionismo, quer do abolicionismo, considerando que simplificam conceitos, deformam fatos, desqualificam quem se dedica ao comércio do sexo e colocam sob suspeita todos os que se lhes opõem. Com efeito, a prostituição não se pode confundir com o tráfico de mulheres, tal como foi argumentado em diversas publicações (RIBEIRO *et al* 2005; RIBEIRO *et al* 2007; SILVA, RIBEIRO, 2010; SILVA, RIBEIRO, GRANJA, 2013). Ainda que algumas das pessoas que se prostituem sejam de fato vítimas do crime de tráfico, a grande maioria das mulheres que se dedicam ao comércio do sexo não tem qualquer ligação com as redes

3 Este movimento surgiu em Bragança em maio de 2003, por iniciativa de um grupo de mulheres residentes na cidade, tendo por objetivo o encerramento dos bordéis e casas de alterne existentes no concelho e a expulsão da cidade das mulheres que neles trabalhavam, na maioria de nacionalidade brasileira (cf. RIBEIRO *et al.* 2007, p. 198ss.).

de tráfico e exploração sexual, encarando esta atividade como realizada no quadro da sua liberdade, ainda que condicionada pelas estruturas econômico-políticas em que vivemos. A imagem da mulher imigrante enganada por redes de tráfico e exploração sexual, além de abusivamente generalizada, encobre as políticas de imigração restritivas e os problemas dos imigrantes. São as leis repressivas em vigor que levam a situações abusivas e criminosas relativamente aos candidatos/as a imigrantes e que impedem a justa legalização de todos os homens, mulheres e transgêneros estrangeiros que trabalham, incluindo aqueles que o fazem no comércio do sexo. Encerramos o manifesto desafiando o poder político a trabalhar na definição duma agenda progressista e inclusiva para o trabalho sexual, com reflexos palpáveis no campo jurídico. Motivados pelo debate sobre a prostituição, então muito intenso na sociedade portuguesa, em boa medida por força do interesse mediático suscitado pelo movimento “Mães de Bragança”, foi nosso entendimento que não nos deveríamos eximir a essa discussão, mobilizando para isso os conhecimentos resultantes de vários anos de reflexão e interação com os atores sociais que vivem do comércio do sexo. Como cientistas sociais comprometidos, consideramos que a separação absoluta entre a investigação e a política é insustentável, defendendo antes uma ação articulada dos académicos críticos com associações de trabalhadores e movimentos sociais e as suas lutas.

Sexualidade e prostituição: da recusa moralista ao olhar crítico e reconhecimento legal

Tendo em conta esta longa e densa investigação sobre o trabalho sexual, verifica-se, portanto, que quer determinados temas como família, gênero e sexualidade, quer outros como a prostituição e respetivos modelos legais e práticas, têm vindo a ser objeto de diversas visões e olhares. No entanto, no contexto ocidental, diante da moral judaico-cristã e dos poderes conservadores instituídos, tem predominado – em Portugal e em outros contextos europeus – a visão hege-

mônica puritana que, assente fortemente na culpa e no sentimento de pecado, como refere Michel Foucault (1994), condicionou comportamentos ao longo de séculos, nomeadamente no sentido de as relações sexuais serem permitidas apenas no âmbito do casamento, como mal menor, moralmente justificado pelo propósito maior vinculado à procriação e reprodução da espécie, mas de modo algum ao desejo e ao prazer⁴. A sexualidade, numa perspectiva organicista e integralista católica, era vista como resultado de um impulso carnal que importava conter, domesticar e controlar em nome da superioridade do espírito ou da coesão social e moral (cf. DURKHEIM, 1893); já numa perspectiva psicanalítica e libertária (cf. FREUD, 1943; MARCUSE, 1963), a sexualidade (o *id*), enquanto força erótica e libidinal, deveria irromper contra as instituições e mecanismos repressivos da sociedade (*superego*). Ora, não obstante o avanço da teoria freudiana, a sexualidade não pode ser vista como um simples produto da ordem biogenética, mas um produto ou construto social, no dizer de Foucault (1994) e Jeffrey Weeks (1986). Deste modo, poder-se-á inferir, em função da variabilidade histórica destes conceitos e desenvolvimentos teóricos, que também as concepções morais sobre família e gênero, sexualidade e prostituição vão conhecendo novos contornos ou mesmo mudanças paradigmáticas nas mundividências e posturas éticas. Focalizando-nos no tema da nossa investigação sobre trabalho

4 A este respeito importa reter toda a série de tabus e proibições, sobretudo para as mulheres (adultério, abstinência sexual na Quaresma, Natal e Páscoa, evitamento de relações sexuais com paixão (*cum ardore*) e, sobretudo, pela retaguarda da mulher) derivada das doutrinas medievais de inspiração cristã veiculada pelas doutrinas dos padres da Igreja, tais como Santo Ambrósio e São João Crisóstomo, relativamente aos comportamentos sexuais. João Escoto Erígenio resume a doutrina por “uma reprodução da espécie humana não *sine coitu*, sem conjugação dos sexos, mas *sine ardore*, sem o fogo do prazer” (*apud* DUBY, 1988, p.39), ideia veiculada também por São Jerónimo: “... Não há nada mais infame que amar uma mulher como uma amante... Adúltero é também o amoroso demasiado apaixonado pela sua mulher... Em relação à esposa doutrem, com efeito, todo o amor é vergonhoso; em relação à própria, o amor excessivo (*apud* FLANDRIN, 1983, p.116). Eudes de Cluny, obcecado pela mácula, não cessaria de repetir que, “sem o sexo, o império do Demónio sobre o homem seria menos certo” (*apud* DUBY, 1988, p. 39). Para maior desconstrução crítica, cf. Weeks (1986), Migue V. de Almeida (1995, p.75-81), Silva (1998), Silva et al. (2002), Ribeiro et al (2007, p.54 ss).

sexual, se práticas que se afastam do modelo de família monogâmica e heterossexual e dos respectivos e diferenciados papéis masculinos e femininos têm sido objeto de preconceito e reprovação social, comportamentos ditos desviantes como o trabalho sexual e suas protagonistas são objeto de rotulagem e desclassificação social, a que acresce uma certa confusão conceitual entre prostituição e tráfico, interpretando-se este como prolongamento daquela, sem qualquer preocupação de distinguir entre prostituição forçada subjacente ao tráfico e prostituição relativamente voluntária (cf. SILVA, RIBEIRO, GRANJA, 2013)⁵. Ora, manter padrões de avaliação assentes em princípios derivados de épocas passadas entendidos como ‘prescrições divinas’ ou ‘leis naturais’ e/ou em contextos sociais impregnados de ideologias conservadoras e patriarcais, como podem ser tentados a fazê-lo eventualmente membros duma Comissão de Ética ou Bioética – amiúde especialistas em áreas das ciências naturais mas alheios, quando não ignorantes, dos modelos teóricos e avanços das ciências sociais –, pode consubstanciar posicionamentos anacrônicos que, em nome de uma moral de recorte transcendente, conservador ou passadista, esquece o primado antropocêntrico e o humanismo⁶ na defesa da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos.

É corrente aduzir-se, nomeadamente numa perspectiva positivista, que uma investigação só poderá ser cientificamente objetiva se axiologicamente neutra, o que, para além da confusão e salto indevido entre ‘neutralidade axiológica’ e ‘objetividade científica’, é uma tese que não é nem curial nem líquida. Antes de mais, ‘neutralidade cien-

5 Similares considerações poderíamos fazer em relação a fenômenos como a união de fato hetero e homossexual, o casamento entre pessoas do mesmo sexo – que no passado eram sujeitos à morte pelo fogo entendido como ato purificador –, a adoção de crianças por parte de casais homossexuais, a gestação de seres humanos em mães de substituição (‘barrigas de aluguel’) por parte de mulheres que se predisponham a tal ou ainda a procriação medicamente assistida graças aos avanços científico-técnicos.

6 Procedendo a uma extraordinária reflexão sobre o humanismo – palavra tão desprezada por muitas correntes pós-modernas – Edward Said (2003, p. 9) sublinha justamente que ele “é sobretudo a única resistência que podemos pôr às práticas desumanas e às injustiças que desfiguram a história da humanidade”.

tífica' não é sinônimo de 'objetividade científica' e tão pouco esta é privilégio inerente aos pressupostos positivistas. Mais, se o cientista social procede e assume como propósito comprovar a sua tese como cientificamente objetiva, tal significa evidenciar, compreender e explicar através de diversos métodos e técnicas disponíveis determinados fenômenos sociais, o que é perfeitamente legítimo, sustentando para tal um certo distanciamento das eventuais subjetividades em face de seu objeto de estudo. O que já será insustentável é a pretensa neutralidade axiológica como se tal fosse possível, considerando não só as solicitações dos diversos atores sociais e institucionais no meio envolvente, a relevância social do projeto, como a própria origem e posição social do investigador/a e seus eventuais interesses, bem como do grupo social de pertença ou referência.

É nesta perspectiva de distinção, mas não de separação entre ciência e ética/política, que Bourdieu (2001) assume ser necessário, custe o que custar, fazer-se entrar no debate público as conquistas da ciência, de onde elas estão tragicamente ausentes; quer dizer, é necessário que os resultados das pesquisas realizadas, financiadas na sua maior parte por recursos públicos, sejam devolvidos aos seus financiadores, isto é, aos cidadãos que, com os seus impostos, pagam os trabalhos científicos. Do ponto de vista político, trata-se de não deixar o campo público apenas nas mãos de jornalistas e de certos fazedores de opinião, que, não raro, estão vinculados a interesses econômicos e políticos, quase sempre nunca explicitados, e que se atrevem a falar em nome daquilo que vagamente definem como opinião pública e o interesse geral⁷. O envolvimento dos cientistas sociais no debate público é designado por Michael Burawoy (2005a; 2005b) por *public engagement*, sendo os compromissos políticos destes atores expressos atra-

7 Francke Poupeau e Thierry Discepolo (2002, p. 8), no prefácio ao livro que reúne quarenta anos (1961-2001) de intervenções públicas de Bourdieu, sustentam que ciência social e militância não se opõem, antes devem ser concebidos como as duas faces do trabalho de análise, de decodificação e de crítica da realidade social para contribuir para a sua transformação. Enfim, trata-se de procurar a plena inscrição no debate público por parte daqueles que têm condições para falar, no sentido que lhe é dado por Bourdieu (*apud* DELSAUT, RIVIÈRE, 2002).

vés da *public sociology*: uma forma de conhecimento reflexivo orientado para os públicos não acadêmicos, em que estes se envolvem nos debates com os acadêmicos sobre assuntos de ordem política, social e moral, entre outros. Burawoy (2004) propõe-nos a construção duma *public sociology* global através da ação articulada dos acadêmicos críticos com os movimentos sociais transnacionais, nomeadamente os relacionados com os direitos humanos, com as causas feministas e com o trabalho. Enquadrando a nossa posição, o que escrevemos a respeito de diversos temas, incluindo os relativos ao trabalho sexual, assim como as intervenções e tomadas de posição sobre a necessidade da sua descriminalização e regulação, está em linha com o defendido por Eric Wright (1997, p. 6-7), quando argumenta que os intelectuais críticos, em especial os de filiação marxista, entendem que a razão principal para se darem ao trabalho de desenvolver toda uma investigação e uma teoria social está em poder contribuir, de alguma maneira, para a concretização dos respetivos projetos emancipatórios.

Esta perspectiva de clara filiação gramsciana procura combinar o conhecimento acadêmico e científico (*scholarship*) com o compromisso (*commitment*), segundo o proposto por Bourdieu (2002, p.3): um saber engajado, socialmente comprometido, que desafia e transcende a fronteira, definida como sagrada e mais ou menos inscrita nas nossas cabeças, de separação entre o conhecimento científico e a intervenção no mundo exterior à academia. Trata-se de colocar em prática “uma busca incessante por uma explicação engajada do mundo” (*apud* RIBEIRO, FELDMAN-BIANCO, 2003, p. 246), indissociável de uma ética científica que exige um compromisso do ator social-investigador-autor para com a procura e o amparo de humanismos capazes de lutarem pela defesa de bens comuns a toda a humanidade – a paz, a defesa da vida e da biodiversidade, a pluralidade e o diálogo transculturais, o equilíbrio ambiental e a viabilidade geral no contexto daquilo que Boaventura de Souza Santos (1989, p. 181-185) designa por aplicação edificante.

Fixando-nos no tema em debate, não é possível uma neutralidade axiológica quando se joga a identidade sexual e de gênero (WEEKS, 1986), assim como o afrontamento entre visões que se opõem diame-

tralmente. Por exemplo, se repararmos no Catecismo da Igreja Católica atualmente em vigor, aprovado em 1992, as inquietações em relação à sexualidade continuam presentes, estando tingidas, como assinala Cornejo Espejo (2007, p.58), pela censura, temor, castidade e coerção em relação à sexualidade. Tal como refere Silva (2008, p.65), “é tendo em conta o fundo da doutrina judaico-cristã que é possível compreender como determinadas condutas são consideradas normais, aceitáveis, e outras desclassificadas como anormais, desviantes ou até patológicas. Por outras palavras, para alguém ou para além da diversidade de correntes teóricas no campo científico e político e as diferenciadas mundividências nas configurações societais de um ponto de vista diacrônico e sincrônico, não é possível encontrar uma ética comum e universal sobre comportamentos sexuais, quer os socialmente aceitáveis como “normais”, quer os considerados desviantes como a homossexualidade ou a prostituição.

Por outro lado, não sendo possível uma ética universal, dever-se-á, contudo, enjeitar aquilo que Santos (1989, p. 180) designa por aplicação técnica da ciência: a separação do sujeito da situação existencial e a rejeição de qualquer debate ético. Neste sentido, é oportuno colocar em causa a “visão idealizada do cientista generoso, liberto de todos os interesses, exceto o do conhecer objetivamente a realidade”, como faz Maria Manuel Araújo Jorge (1999, p. 13). Por outras palavras, a ciência social sem valores é cega, pelo que a posição da “ciência pura” sobre a separação absoluta da investigação da política é insustentável (BURAWOY, 2004, p. 3-4). Não se trata aqui de diluir fatos e valores uns nos outros, mas tão-somente optar por um determinado modo de ação, pois “o compromisso profissional de encarar os assuntos humanos de forma analítica não se opõe ao compromisso pessoal de encará-los de uma forma moral específica” (GEERTZ, 2001, p. 46). Deste modo, o exercício das tarefas inerentes às condições de investigador não exige a renúncia à intervenção social e política ou a suspensão dos compromissos políticos e sociais que estruturam a cidadania, posicionamento este que teve como um dos seus expoentes Bourdieu, ao longo da sua carreira, sobretudo a partir dos anos de 1980 e 1990. Como igualmente aponta Burawoy (2004), todos os que

alinham por uma forma de produção de conhecimento sociológico crítico pretendem, entre outros aspectos, mostrar que o mundo não tem que ser como é, contribuindo, assim, para a desestabilização da “inevitabilidade do presente”. Neste quadro, o cientista social pode (e deverá ser) uma espécie de intelectual orgânico da humanidade que, enquanto ator coletivo, pode contribuir para desnaturalizar e desfata-lizar a existência humana (BOURDIEU, 2002, p. 41-42).

Conclusão

Como pudemos verificar, a questão da relação entre ciência e ética tem os seus antecedentes de carácter filosófico nas velhas questões ontológicas e gnoseológicas em torno do conhecimento, que viria a conhecer diversas rupturas, nomeadamente na época contemporânea, no confronto com as teorias da ciência e, no caso das ciências sociais, nos diversos posicionamentos entre fatos sociais e valores, inaugurando a polémica entre positivismo e teoria crítica. São assim irredutíveis e de fundo as divergências entre as perspectivas positivistas – escoradas na neutralidade axiológica, tendo em vista a produção de conhecimento entendido pelos seus defensores como neutral, mas ora veiculando o senso comum, ora encobrendo teorias latentes perpassadas de uma ideologia não confessada na defesa do *statu quo* –, e as perspectivas críticas que, assumindo os seus pressupostos teórico-metodológicos, empreendem um esforço de objetivação, mas não enjeitam a intervenção social e o compromisso político de modo a retirar, do conhecimento fundamentado, a necessária e desejável eficácia política e social em vista da emancipação social. No interior de tal cenário, resulta impossível e inaceitável a avaliação supostamente “ética” de projetos de investigação que, a pretexto de “reduzir riscos” aos atores envolvidos, reduz na verdade a possibilidade de intervenção social e política do investigador, ao congelar a realidade – e as possibilidades do conhecimento! – em protocolos e requisitórios vazados a partir da biomedicina.

É evidente que o posicionamento crítico não é fácil de colocar em prática. A subordinação jurídico-funcional, presente nas empresas do

setor privado e nas organizações estatais e paraestatais, condiciona severamente a autonomia dos que nelas trabalham e, ao se tornarem financiadores e patrocinadores, têm impacto sobre o campo científico e acadêmico, para impor, por vezes, aquilo que se investiga e contaminar os próprios resultados da investigação. Os princípios da bioética, aplicados como se tivesse ela pretensões de um saber universal e epistemologicamente superior, afeta justamente o campo e a autonomia do saber em ciências sociais. Sendo certo que o grau de liberdade é superior e deveria sobrepor-se àqueles princípios, as pressões sobre quem faz investigação, à semelhança do que ocorre em todo campo social atravessado por relações de poder, também aí se fazem sentir. É neste terreno perigosamente minado que se impõem o engajamento e o questionamento, pelas ciências sociais, de outras áreas científicas, nomeadamente as Ciências da Vida e da Saúde; por falta de instrumentos críticos disponíveis nas ciências sociais ou induzidas pelas narrativas religiosas ou éticas tradicionais, são tentadas a induzir e veicular ou, pior ainda, tornar hegemônicos, cânones ou normas vinculativas a profissionais doutras áreas. Se, para muitos, a questão nem se coloca, é necessário relevar que existe no interior do campo acadêmico-científico, pelas contradições e concorrências nele existentes, margem de manobra para permitir aos sociólogos e a outros cientistas sociais colocar sob exame as estruturas hegemônicas que organizam e naturalizam os mundos sociais tal como existem ou têm existido. Não se trata apenas da recusa, pelos cientistas sociais, de parâmetros de avaliação ética externos à própria ciência social. Trata-se aqui, fundamentalmente, de um campo de lutas ético-políticas.

Quanto ao tema de envolvimento no debate ético-político sobre a prostituição feminina, ele confronta-nos com questões teóricas e metodológicas em relação às quais os cientistas sociais não podem ficar indiferentes. Tal como referido, não nos furtamos, enquanto investigadores, ao debate público. Assumimos a relevância social da luta por uma agenda política emancipatória e progressista, que considera que a liberdade e a justa aspiração à felicidade dos seres humanos passam também pelo direito à fruição de uma sexualidade livre da moral

tradicional, patriarcal e conservadora, quando não hipócrita, se atendermos às formas de poder masculino sobre as mulheres e seus corpos e às práticas patriarcais por parte dos próprios arautos da moral oficial, em desconformidade com submundos invisíveis de suas vidas privadas. Mais, este engajamento exprime a nossa recusa em permanecermos indiferentes aos problemas, sofrimentos e injustiças que afetam, não raro de uma forma cruel, quem vive do comércio do sexo, os atores sociais mais frágeis deste complexo campo social. Os cientistas sociais posicionam-se na defesa histórica das populações excluídas e subalternas, e pautam-se por metodologias de investigação que jamais necessitaram da bioética para garantir o respeito à fragilidade dos atores envolvidos. (Ao contrário, foi esta que, desde os experimentos “científicos” conduzidos sob o regime nazista, necessitou e adotou foros de controle *externos* à biomedicina, enfeixados, juridicamente, no Código de Nuremberg).

Está em jogo, no tema aqui examinado, a autodeterminação (*self-ownership*) sobre o corpo e a sexualidade. Estas se situam, mas não se detêm, nas fronteiras dos espaços e tempos de lazer. Vivendo num tempo marcado pela intensificação da circulação de pessoas em nível global, nomeadamente por motivos de trabalho e de turismo, seria uma estultice de recorte fascizante negar o direito ao amor e ao prazer e satisfação sexual, ora conjugados, ora dissociados, incluindo, no quadro do respeito da dignidade e direitos de todos os intervenientes e respectiva descriminalização e regulação da atividade prostitucional, a prestação de sexo mercantil entre adultos relativamente livres nas suas opções e orientações, escolhas e práticas sexuais.

Pela nossa parte, ainda que não tenhamos procurado propositadamente a intervenção pública, a ela não nos eximimos sempre que tal nos foi (e tem sido) solicitado, nomeadamente por órgãos da comunicação social, por movimentos associativos e sindicais e mesmo por partidos políticos. As respostas que se procuraram dar às questões acima formuladas e, em particular, em relação ao trabalho exercido pelos/as profissionais do sexo, devem ser entendidas no quadro da defesa da legitimidade do uso do conhecimento científico para a emancipação social e, no estudo de caso em concreto, para a defesa dos seus direitos

no campo laboral e cívico. Isto se fez sob princípios éticos de conduta na investigação estabelecidos, historicamente, no interior do próprio corpo teórico e metodológico das ciências sociais. E com isto cumpre-nos defender a fixação e permanente crítica, ou autocrítica, de um quadro ético e deontológico produzido no interior das ciências sociais – e não externo a elas – que acolha e valorize os compromissos das pesquisas da ciência social comprometida com o bem comum e a luta contra todas as formas de discriminação, opressão e exploração que fazem a história e o presente das nossas sociedades.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Miguel Vale de (1995), **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século.

ARISTÓTELES [1969 (350 A.C)], **Metafísica**. Porto Alegre: Globo.

BOURDIEU, Pierre (2002), “Um saber comprometido”. **Le Monde Diplomatique**, 7 edição portuguesa, ano 3 (35). pp.3.

BOURDIEU, Pierre (2001), **Contre-feux 2**: pour un mouvement social européen. Paris: Raisons d’Agir.

BOURDIEU, Pierre (1999), “Comprendre”. In: BOURDIEU, Pierre (dir.), **La misère du monde**. Paris: Seuil, pp.1388-1447.

BURAWOY, Michael (2004), “Public sociologies: contradictions, dilemmas and possibilities”, in **Social Forces**, 82 (4), pp. 1-16.

BURAWOY, Michael (2005a), “The critical turn to public sociology”. **Critical Sociology**, 31 (3), pp. 314-326.

BURAWOY, Michael (2005b), “For public sociology”. **American Sociological Review**, 70 (Fevereiro), pp. 4-28.

CARDOSO, Ruth (org) (1986), **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio (2014), “Aviso aos Navegantes em Águas Turvas”, **Boletim SBS**, (primeira edição).

CLIFFORD, James (1999), **Itinerarios transculturales**. Barcelona: Gedisa.

CORNEJO ESPEJO, Juan (2008), “Homosexualidad y cristianismo en tensión: la percepción de los homosexuales a través de los documentos oficiales de la Iglesia Católica”. **Bagoas**, 2 (2), pp. 33-69.

DELSAUT, Yvette; RIVIÈRE, Marie-Christine (2002), **Bibliographie des travaux de Pierre Bourdieu suivi d'un entretien sur l'esprit de la recherché**. Pantin: Le Temps des Cerises.

DONHAM, Donald L. (1999), **History, Power, Ideology**: central issues in Marxism and Anthropology. Berkeley: University of California Press.

DESCARTES, René [2014 (1637)], **Discurso do método**. Lisboa: Edições 70.

DUBY, Georges (1988), **O cavaleiro, a mulher e o padre**. Lisboa: Dom Quixote.

DURKHEIM, Emile [1977(1893)], **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença, v. I e II.

DURKHEIM, Émile (1983), **Lições de Sociologia – a Moral, o Direito e o Estado**. S. Paulo: T. A. Queiroz

FEUERBACH, Ludwig [1987 (1880)], “The Essence of Christianity”. In: BAKER, Keith M. **Religion and Liberal Culture**, v. 8 of University of Chicago Readings in Western Civilization, J.W. Boyer e J. Kirshner (eds), Chicago: University of Chicago Press, pp 323-336.

FLANDRIN, Jean-Louis (1983), **Un temps pour embrasser**. Aux origines de la morale sexuelle occidentale (VI-XI siècle). Paris: Seuil.

FOUCAULT, Michel (1994), **História da sexualidade**. Lisboa: Relógio d'Água.

FREUD, Sigmund [1975(1946)], **Abrégé de psychanalyse**. Paris: Presses Universitaires de France.

HUME, David (1985), **Essays**: Moral, Political and Literacy. Indianapolis: Liberty Fund.

GEERTZ, Clifford (2001), **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

HABERMAS, Jurgen (1973[1968]), **La technique et la science comme ideologie**. Paris: Gallimard.

HABERMAS, Jurgen (1976), “Naar een reconstructie van het historisch materialism”. In: HABERMAS, J. **Marxisme en Filosofie**. Amsterdam: Boom Meppel, pp. 183-240.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor [1989 (1962)], **Sociologia**. Madrid: Taurus Ediciones.

JORGE, Maria Manuel Araújo (1999), **Solicitude e tecnociências: o humano no coração da ciência**. Lisboa: Terraço.

KANT, Immanuel [2008 (1781)], **Crítica da razão pura**. Lisboa: Gulbenkian.

KOENIG, Samuel (1975), **Elementos de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

LOCKE, John (1978), **Two Treatises of Government**. Londres: Every-Mann Library.

LOYOLA, Maria Andréa (entrevistado por) (2002), **Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LUHMANN, Niklas (1998), **Sistemas sociais**. Lineamientos para um teoria general. Barcelona: Anthropos Editorial/Universidad Ibero-Americana/CEJA Pontificia Universidad Javeriana.

MARCUSE, Herbert [1963(1955)], **Eros et Civilisation**. Paris: Éditions du Minuit.

MARX, Karl; ENGELS, Frederic [1976(1846)], **A ideologia alemã**. Lisboa: Presenca.

NUNES, João Arriscado (1992), “O Alto Minho e a Europa: uma Perspectiva Histórico-Sociológica sobre o ‘Atraso’ e a Diferença”. **Primeiras Jornadas para o Desenvolvimento do Alto Minho: 6-8 de Fevereiro de 1991**. Viana do Castelo, Instituto Politécnico e Assembleia e Conselho Distritais de Viana do Castelo, pp. 93-107.

OLIVEIRA, Alexandra *et al.* (2007), “Por uma nova política para o trabalho sexual”. **Público**, ano XVIII, n.º 6194, 47 (15 de Março de 2007).

PARSONS, Talcott (1951), **The social system**. Glencoe, Ill. : Free Press.

PARSONS, Talcott (1964), **Social structure and personality**. New York: Free Press.

POUPEAU, Francke; DISCEPOLO, Thierry (textes choisis et présentés par) (2002), **Pierre Bourdieu7 interventions, 1961-2001: science sociale et action politique**. Marselha: Agone.

RIBEIRO, Fernando Bessa; SACRAMENTO, Octávio (2006), “Trabalho de campo e polémicas públicas: algumas notas sobre o lugar da ciência social na sociedade”. **Socius**, 1, pp.26-29.

RIBEIRO, Gustavo Lins; FELDMAN-BIANCO, Bela (2003), “Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf”. **Etnográfica**, VII (2), pp. 245-281.

RIBEIRO, Manuela; SILVA, M.C.; SCHOUTEN, M.J.; RIBEIRO, F.; SACRAMENTO, O. (2007), **Vidas na Raia**. Prostituição feminina em regiões de fronteira. Porto: Afrontamento.

RIBEIRO, Manuela; SILVA, M.C.; RIBEIRO, F.B.; SACRAMENTO, O. (2005), **Prostituição abrigada em clubes (zonas fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes): práticas, riscos e saúde**. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

SAID, Edward W. (2003), “O humanismo: última muralha contra a barbárie”. **Le Monde Diplomatique** (edição portuguesa), ano 5 (54), pp.8-9.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1989), **Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna**. Porto: Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos (1998a), “Prostituição feminina: uma primeira abordagem para uma pesquisa”. **Cadernos do Noroeste**, v. 11 (1), pp. 227-244.

SILVA, Manuel Carlos (2008), “Desigualdades de género: esboço por um mapa pró-teórico”. **Configurações**, 4, pp. 65-89.

SILVA, Manuel Carlos (2009), “Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica”. **Configurações**, 5/6, pp. 11-40.

SILVA, Manuel Carlos e RIBEIRO, Fernando Bessa (2000), “Ciências Sociais e desenvolvimento no Minho”. **Territórios Alternativos**, 1, pp. 121-135.

SILVA, Manuel Carlos, MACHADO, Helena e SILVA, Susana (2002), “Direito, ciência e o corpo feminino: a prostituição como ‘objecto de fronteira’”. **Cadernos do Noroeste, Série Sociedade e Cultura**, 4, pp. 183-203.

SILVA, Manuel Carlos; RIBEIRO, Fernando Bessa; GRANJA, Rafaela (2013), **Prostituição e Tráfico de Mulheres para fins de exploração sexual**. Lisboa: Letras Paralelas.

TOMÁS de AQUINO [1995 (1252)], **O Ente e a Essência**. Petrópolis: Vozes.

WACQUANT, Loïc (2002), **Corpo e Alma: Notas Etnográficas de Um Aprendiz de Boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

WEBER, Max [1978 (1922)], **Economy and Society**, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Los Angeles: University of California Press.

WEEKS, Jeffrey (1986), **Sexuality**. Londres: Ellis Horwood e Tavistock.

WRIGHT, Eric Olin (1997), “Um Menu Conceptual para o Estudo das Conexões entre a Classe e a Diferença Sexual”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 49, pp 5-21.

www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/antropologos-se-retiram-do-comite-de-etica-em-pesquisa-envolvendo-seres-humanos-da-uel/ (acesso em 18 de Março de 2015).

Artigo recebido em setembro de 2014 / Aprovado em novembro de 2014